

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, SOB REGIME DE GARANTIA FIRME, DA TAVEX INDÚSTRIA TÊXTIL S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **TAVEX INDÚSTRIA TÊXTIL S.A.**, sociedade por ações sem registro de capital aberto junto a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, n.º 215, Bloco A, 2º andar, sala 1, Santo Amaro, CEP 05804-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 18.612.511/0001-20, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.455.185, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

como agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, da Emissora ("Debêntures" e "Debenturistas", respectivamente),

(b) **PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário");

e, na qualidade de intervenientes garantidoras,

(c) **CAMARGO CORRÊA S.A.**, sociedade por ações sem registro de capital aberto junto a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.600, 12º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.098.905/0001-09, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.145.089, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("CCSA"), e

(d) **TAVEX BRASIL S.A.**, sociedade por ações sem registro de capital aberto junto a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, n.º 215, Bloco A, 2º andar, Santo Amaro, CEP 05804-900, inscrita no CNPJ/MF sob o



n.º 61.520.607/0001-97, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.012.071, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Tavex Brasil" e, em conjunto com a CCSA, "Garantidoras");

vêm por esta firmar, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Tavex Indústria Têxtil S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA EMISSÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 26 de maio de 2014 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única ("Emissão"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro pela Comissão de Valores Mobiliários e Registro pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

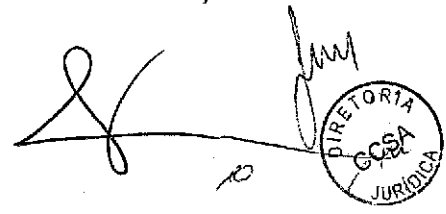
2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Oferta Restrita poderá vir a ser objeto de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos dos parágrafos primeiro, inciso I e segundo do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" atualmente em vigor, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, após a











expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta Restrita, de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.2. Arquivamento na JUCESP e Publicação da Ata da AGE

2.2.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em jornal de grande circulação, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 e ao artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão protocolados para registro na JUCESP em até 5 (cinco) dias contados da data da respectiva assinatura, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser entregue 1 (uma) via original do respectivo documento registrado ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de concessão do referido registro.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.3. Não obstante o descrito no item 2.4.2. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido no item 3.7.3. abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento, pela Emissora, dos itens descritos no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Aprovação da Garantia Fidejussória



3



2.5.1. A prestação da garantia fidejussória pela CCSA, nos termos do item 4.19. abaixo, foi aprovada na reunião do Conselho de Administração da CCSA realizada em 26 de maio de 2014, cuja ata será registrada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em jornal de grande circulação, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.5.2. Ainda, a prestação da garantia fidejussória pela Tavex Brasil foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Tavex Brasil, realizada em 26 de maio de 2014, cuja ata será registrada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em jornal de grande circulação, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.6. Constituição da Garantia Fidejussória

2.6.1. Em função da garantia fidejussória prestada pelas Garantidoras nos termos do item 4.19. abaixo, a presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes ou domicílio da Emissora, do Agente Fiduciário e das Garantidoras, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.

2.6.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes da Emissora, do Agente Fiduciário e das Garantidoras, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.6.3. Caso a Emissora não providencie os registros previstos neste item 2.6., o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os registros acima previstos, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos de tais registros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) a exploração de indústria e comércio de fiação e tecelagem, as atividades de confecção, lavanderia; (ii) a tinturaria e acabamento de produtos têxteis; (iii) a industrialização e/ou comercialização de equipamentos de proteção individual; (iv) a exportação de produtos agrícolas, animais e minerais, industrializados ou considerados em seu estado natural; (v) a industrialização e/ou comercialização de produtos alimentícios e

4

derivados, materiais de construção, produtos plásticos, embalagens de plástico e de papel e indústria gráfica; (vi) a exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional; (vii) a importação e exportação de bens direta ou indiretamente relacionados com os seus ramos de atividade; e (viii) a participação em outras empresas, tendo em vista a realização de seu objeto social.

3.2. Série

3.2.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 45.000 (quarenta e cinco mil) Debêntures.

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao refinanciamento de dívidas da Emissora e da Tavex Brasil.

3.6. Número da Emissão

3.6.1. Esta Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures ("Oferta Restrita"), com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários brasileiro ("Coordenadores"), tendo como coordenador líder o **BB – BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição financeira com sede na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30 ("Coordenador Líder"), nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob o*

5

Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da 1ª Emissão da Tavex Indústria Têxtil S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

3.7.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, em conjunto, no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.7.3. O público alvo da Oferta Restrita será composto por investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado ainda o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

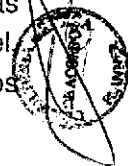
3.7.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM 409, para fins da Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.7.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

3.7.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, e com o Plano de Distribuição descrito neste item 3.7.

3.7.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá vir a ser registrada na ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

3.7.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.



6



3.7.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.8. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.8.1. O banco liquidante da Emissão e o escriturador mandatário da Oferta Restrita será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário", respectivamente, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços de banco liquidante e de escriturador mandatário previstos nesta Escritura de Emissão).

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 02 de junho de 2014 ("Data de Emissão").

4.2. Forma e Conversibilidade

4.2.1. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.3. Espécie

4.3.1. As Debêntures serão da espécie quirografária e contarão com garantia adicional na forma de fiança, conforme descrita no item 4.19. abaixo.

4.4. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.4.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.5. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.5.1. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição").

4.5.2. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, em uma única data. A integralização será realizada à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição ("Data de Integralização") de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP, em valor correspondente ao Preço de Subscrição.

4.6. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.6.1. Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 02 de junho de 2016 ("Data de Vencimento").

4.7. Remuneração

4.7.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

4.7.2. Remuneração: A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Integralização, correspondentes à variação acumulada de 111,50% (cento e onze inteiros e cinquenta centésimos por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI-Over"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.7.4. abaixo ("Remuneração"). As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

4.7.3. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

FatorDI= produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$$

onde:

k = número de ordem de TDI_k , variando de 1 (um) até n_{DI} ;

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

S = 111,50 (cento e onze inteiros e cinquenta centésimos);

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

4

(a). O fator resultante da expressão $1 + \left(\text{TDL} \times \frac{S}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

(b). Efetua-se o produtório dos fatores diários $1 + \left(\text{TDL} \times \frac{S}{100} \right)$ sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(c). Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

(d). A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.7.4. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.7.5. Caso a Taxa DI-Over não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI-Over aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI-Over disponível.

4.7.5.1. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI-Over por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, após a data esperada para apuração e/ou divulgação da Taxa DI-Over, ou imediatamente em caso de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI-Over deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI-Over, será convocada pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do término dos prazos previstos neste item, Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Nona abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração.



Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature and the number 10.

Handwritten signature.



4.7.6. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das seguintes alternativas, obrigando-se a comunicar sua escolha por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas:

- (i) o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido de comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente; ou
- (ii) a apresentação, pela Emissora, de cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a ser aprovado pela Assembleia Geral de Debenturistas, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 4.8. abaixo, observado que, até a amortização integral das debêntures, será utilizada para o cálculo da Remuneração, a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

4.7.7. Caso a Taxa DI-Over volte a ser apurada/divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.7.5. acima, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.7.8. As Garantidoras desde já concordam com o disposto nos itens 4.7.6. a 4.7.7. acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), mantendo-se a Fiança (conforme abaixo definida) válida e em pleno vigor. As

Garantidoras desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer instrumentos necessários à efetivação do disposto nesta Cláusula.

4.8. Pagamento da Remuneração

4.8.1. A Remuneração será paga anualmente, sempre nos dias 02 de junho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 02 de junho de 2015, devendo o último pagamento ocorrer na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, se for o caso) ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.8.2. Farão jus aos pagamentos de Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração prevista na presente Escritura de Emissão e/ou eventual aditamento a esta Escritura de Emissão.

4.9. Amortização

4.9.1. O Valor Nominal Unitário será pago integralmente em uma única parcela, devida na Data de Vencimento.

4.10. Local de Pagamento

4.10.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.11. Prorrogação dos Prazos

4.11.1. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia que não seja Dia Útil, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP, qualquer dia no qual



Handwritten signature.

Handwritten signature and the number 12.

Handwritten signature.



haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo.

4.12 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.12.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

4.13. Repactuação

4.13.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.14 Publicidade

4.14.1. Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente comunicados pela Emissora na forma de avisos no Diário Oficial do Estado de São Paulo e nos jornais de publicação da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet.

4.15 Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.15.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.16 Imunidade ou Isenção de Debenturistas

4.16.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures,



Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.



documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.17 Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.17.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser celebrados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelas Garantidoras após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Nona abaixo, e posteriormente arquivados na JUCESP, nos termos do item 2.3.1. acima.

4.18 Encargos Moratórios

4.18.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

4.19 Fiança da Garantidora

4.19.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, as Garantidoras prestam fiança em favor dos Debenturistas ("Fiança"), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadoras e principais pagadoras de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir.

4.19.2. As Garantidoras declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, solidariamente fiadoras e principais pagadoras do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

4.19.3. O Valor Garantido será pago pelas Garantidoras no prazo de 1 (um) Dia Útil, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário a qualquer das Garantidoras informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer



Handwritten signature or initials.

Handwritten signature or initials.

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page, including a circular stamp with the text "TORTA" and "USA".

Handwritten signature or initials at the bottom left of the page.

valor devido pela Emissora e/ou Garantidora, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pelas Garantidoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, fora do ambiente da CETIP.

4.19.4. As Garantidoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 824, 827, 834, 837 e 839, todos do Código Civil e artigo 595, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.19.5. As Garantidoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item.

4.19.6. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido. As Garantidoras desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.19.7. A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

CLÁUSULA QUINTA – RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.1 Resgate Antecipado Total

5.1.1. A partir da Data de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, com seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido de (i) Remuneração, calculada desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, *pro rata temporis*, e (ii) prêmio calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, *pro rata temporis*, correspondente a 0,40% (quarenta centésimos por cento), caso o resgate seja realizado entre a Data de Emissão e 02 de junho de 2015, inclusive, e a 0,20% (vinte centésimos por cento), caso o resgate seja realizado entre 03 de junho de 2015 e a Data de Vencimento ("Resgate Antecipado").



Handwritten signature.

Handwritten signature and the number 15.

Handwritten signature.



5.1.2. O pagamento do prêmio mencionado no item 5.1.1. acima poderá ser alterado, desde que mantenha taxas pré-fixadas como remuneração, ou dispensado por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, desde que atingido o quórum mínimo de aprovação de 90% (noventa por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação.

5.1.3. O Resgate Antecipado será operacionalizado por meio de comunicação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data prevista para o Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado"), a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (a) a data prevista para o efetivo resgate das Debêntures e o efetivo pagamento aos Debenturistas; (b) o valor a ser pago pelo Resgate Antecipado, calculado conforme disposto no item 5.1.1. acima; e (c) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas.

5.1.4. A Emissora deverá comunicar a realização do resgate antecipado à CETIP por meio de correspondência escrita com o de acordo do Agente Fiduciário no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência contados da realização do resgate antecipado das Debêntures.

5.1.5. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

5.2. Aquisição Facultativa

5.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação caso algum dos titulares das Debêntures em Circulação deseje alienar tais Debêntures à Emissora. As Debêntures em Circulação eventualmente adquiridas pela Emissora nos termos aqui previstos, a exclusivo critério da Emissora, serão canceladas, permanecerão na tesouraria da Emissora ou serão novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures que forem adquiridas para manutenção em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado farão jus à mesma Remuneração das Debêntures em Circulação

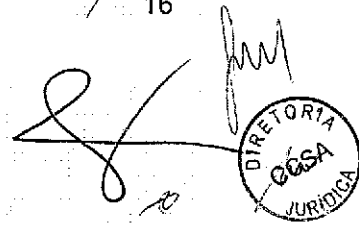
CLAUSULA SEXTA – VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Vencimento Antecipado



Handwritten signature.

Handwritten signature and the number 16.



6.1. Observado o disposto nos itens 6.2. a 6.6. abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento nas seguintes hipóteses:

- (a). provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Garantidoras no âmbito da Emissão;
- (b). não pagamento pela Emissora e/ou Garantidoras de qualquer obrigação pecuniária devida aos titulares das Debêntures, por período superior a 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo descumprimento;
- (c). descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, não sanadas no prazo de 5 (cinco) dias do recebimento de comunicação do referido descumprimento do Agente Fiduciário, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;
- (d). inadimplemento ou vencimento antecipado, observado o prazo de cura aplicável, de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora e/ou das Garantidoras, decorrente de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, em montante unitário ou agregado superior a (i) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no caso da Emissora e da Tavex Brasil e (ii) R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), no caso da CCSA, ou, em ambos os casos, o seu equivalente em outras moedas, salvo se a Emissora ou as Garantidoras comprovarem, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do não pagamento, ou até o final do período de cura aplicável para as respectivas obrigações (se o período for superior a este prazo), que referido não pagamento: (i) foi sanado; ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (e). incorporação, fusão, cisão, liquidação, dissolução, extinção ou ocorrência de qualquer reorganização ou alteração na composição societária da Emissora e/ou da Tavex Brasil, inclusive decorrente de qualquer alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora e/ou da Tavex Brasil, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, direta ou indireta, pela CCSA, do poder de

17

controle da Emissora e/ou da Tavex Brasil, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

- (f). mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da CCSA, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital social votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, bem como se houver incorporações, cisões, fusões ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da CCSA, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (g). protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou Garantidoras, em montante unitário ou agregado superior a (i) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no caso da Emissora e da Tavex Brasil e (ii) R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), no caso da CCSA, ou, em ambos os casos, o seu equivalente em outras moedas, que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados de comunicação escrita que lhe for enviada pelo Agente Fiduciário, salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, e/ou Garantidoras, conforme o caso, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora e/ou Garantidoras, conforme o caso, e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo;
- (h). uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora e/ou das Garantidoras que, em conjunto ou isoladamente, resulte(m) em obrigação de pagamento pela Emissora ou pelas Garantidoras em montante unitário ou agregado superior a (i) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no caso da Emissora e da Tavex Brasil e (ii) R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), no caso da CCSA, ou, em ambos os casos, o seu equivalente em outras moedas, para as quais não tenha sido estabelecida provisão específica para pagamento;
- (i). apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de aut falência ou pedido, por terceiros, de falência ou insolvência civil, independentemente do deferimento do respectivo pedido, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela(s) ou decretado contra a Emissora e/ou Garantidoras, suas controladoras ou por qualquer uma de suas controladas e, no caso de pedido de falência requerido por terceiro, desde que não seja elidido pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, conforme aplicável, dentro de 30 (trinta) dias;

- (j). autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, contra a Emissora, de valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, exceto por aquelas que estejam sendo contestadas pela Emissora de boa-fé nas esferas judicial e/ou administrativa e que não afetem a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k). transformação da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (l). alteração do atual objeto social disposto no estatuto social da Emissora e/ou das Garantidoras, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela(s) praticadas;
- (m). declaração de nulidade, inexecutabilidade ou ineficácia da Fiança, por sentença judicial transitada em julgado, sem que haja uma substituição por outra garantia aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (n). deliberação ou distribuição, pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no estatuto social da Emissora e/ou das Garantidoras, caso a Emissora e/ou as Garantidoras, conforme o caso, estejam em mora com as obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (o). aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa daquela descrita no item "3.5 – Destinação dos Recursos" acima;
- (p). redução do capital social da Emissora sem prévia aprovação dos Debenturistas representando, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (q). prestação de garantias reais e/ou fidejussórias a terceiros ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos da Emissora sem prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de debenturistas, exceto (i) se a garantia for prestada em benefício da Tavex Brasil; (ii) se feita para a prestação de garantias em processos judiciais e administrativos; ou (iii) se os recursos da alienação forem utilizados para redução do endividamento da Emissora ou da Tavex



Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature and circular stamp with the text "DIRETORIA GERAL JURIDICA".

Handwritten signature.

Brasil; (iii) se as operações de captação no mercado financeiro forem destinadas a investimento em CAPEX, cujo padrão de negociação no mercado envolve a alienação de bens ou de direitos; ou (iv) se as operações forem contratadas no âmbito do Financiamento de Garantia de Preços ao Produtor ("FGPP"), cujo padrão de negociação no mercado também envolve a alienação do produto adquirido (*in natura* ou processado); ou (v) prestação de fiança a terceiros, cujo valor total anual não ultrapasse R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais);

- (r). subordinação da dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra dívida, exceto aquela cuja preferência decorra de determinação legal, sem prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (s). aumento do valor resultante da soma da Dívida Líquida da Emissora e da Dívida Líquida da Tavex Brasil, conforme apuradas nos respectivos balanços patrimoniais anuais, acima de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Dívida Líquida da Tavex Brasil, conforme apurado no balanço patrimonial da Tavex Brasil referente ao exercício findo em 2013, atualizado pela variação da Taxa DI-Over no período, sem prévia aprovação dos Debenturistas. Para fins do disposto neste item, "Dívida Líquida" significa o valor calculado em bases consolidadas na Emissora e/ou na Tavex Brasil, conforme aplicável, e determinado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, igual à soma dos passivos junto a instituições financeiras (empréstimos e financiamentos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil), das operações de *leasing* operacional e financeiro, dos títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos, e do saldo líquido de operações de derivativos apurados pela marcação à mercado (passivos menos ativos de operações com derivativos), deduzido do saldo de Caixa e Aplicações financeiras nas mesmas datas;
- (t). questionamento judicial, pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, de quaisquer das disposições desta Escritura de Emissão ou do Contrato de Distribuição; e
- (u). não publicação, até 31 de julho de 2014, das demonstrações financeiras da Tavex Brasil relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas de notas explicativas e de parecer dos auditores independentes.

6.2. Os valores mencionados nas alíneas (d), (g), (h) e (j) acima serão reajustados ou corrigidos pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ("IGP-M"), desde a Data de Emissão até a data de verificação das hipóteses previstas nas referidas alíneas.

6.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (e), (f), (i), (k), (l), (m), (n), (p) e (r) do item 6.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada uma das referidas alíneas, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.

6.4. Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas, que não as mencionadas no item 6.3. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido evento ou for assim informado pelos titulares das Debêntures, para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Nona abaixo, que poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

6.4.1. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 6.4 por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 6.4 pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 6.1 acima.

6.5. Em qualquer hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, devidos até a data do envio da notificação de que trata o item 6.3 acima ou da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas nos termos do item 6.4 acima, conforme o caso, acrescido dos valores devidos a título de encargos moratórios previstos nesta Escritura, desde a data do efetivo inadimplemento, nos casos de eventos de descumprimento de obrigações pecuniárias, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

6.6. O pagamento dos valores mencionados no item 6.5. acima será realizado pela Emissora em até 2 (dois) dias úteis contados da comunicação escrita a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos nesta Escritura de Emissão.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
21

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

6.6.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 6.6. acima, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

7.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) sempre que houver e, enquanto permanecer em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio além do mínimo obrigatório definido pela Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização por escrito dos Debenturistas;
- (b) fornecer aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário, conforme o caso, em tempo hábil a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, todas as informações razoáveis, incluindo, mas não se limitando todas aquelas previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Oferta Restrita ou cumprimento de seus deveres nos termos desta Escritura de Emissão. A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a indenizar os Debenturistas por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;
- (c) fornecer ao Agente Fiduciário no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação que seja solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
- (d) fornecer ao Agente Fiduciário informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.1 acima imediatamente após a sua ocorrência;
- (e) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (f) preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

- (g) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (h) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (i) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (j) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização;
- (k) enviar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo para divulgação previsto na alínea (j) acima, as referidas demonstrações financeiras, bem como declaração, firmada por diretor estatutário da Emissora, nos termos do seu estatuto social, atestando (i) o regular cumprimento de suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão; e (ii) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.1. acima, acompanhada de memória de cálculo comprobatória da não ocorrência da hipótese prevista na alínea (s) do item 6.1. acima;
- (l) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358");
- (m) encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, de natureza pecuniária ou não, incluindo mas não se limitando aos eventos indicados no item 6.1 acima, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário ou após a ocorrência do descumprimento, sem prejuízo dos demais procedimentos aplicáveis, nos termos desta Escritura;
- (n) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário, e os sistemas de



23



distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário;

- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) rigoroso cumprimento pela Emissora, em seus aspectos relevantes, ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.
- (q) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (r) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, incluindo, mas não se limitando, cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, inclusive com envio de documentos, se for o caso prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (s) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e do contrato de distribuição das Debêntures e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e lá previstas;
- (t) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;
- (u) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; e
- (v) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas



24



especialmente convocada para esse fim.

7.2. Cada uma das Garantidoras está adicionalmente obrigada a:

- (a) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de ciência, prestar informações a respeito da ocorrência de qualquer hipótese de Vencimento Antecipado;
- (b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de recebimento, enviar cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida e que seja relacionada a um Vencimento Antecipado;
- (c) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de ciência, prestar informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, de qualquer das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (d) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de ciência, prestar informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as suas demonstrações financeiras consolidadas não mais reflitam sua real condição econômica e financeira;
- (e) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, prestar informações e/ou disponibilizar documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (f) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e do contrato de distribuição das Debêntures e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e lá previstas;
- (g) enviar ao Agente Fiduciário suas referidas demonstrações financeiras, dentro do prazo de divulgação previsto na legislação aplicável; e
- (h) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada.

CLÁUSULA OITAVA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação



Handwritten signature.

Handwritten signature and the number 25.

Handwritten signature.



A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a **Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

8.2. Declarações

8.2.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (b) não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (d) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) não ter nenhuma ligação com a Emissora e/ou com as Garantidoras que o impeça de exercer suas funções;
- (f) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
26

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) verificará, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição da garantia descrita no item 4.19, bem como sua suficiência e exequibilidade, com base nas demonstrações financeiras das Garantidoras;
- (l) tendo em vista o disposto na alínea (m) abaixo, assegurará tratamento equitativo a todos os Debenturistas e a todos os titulares das debêntures a que se refere a alínea (m) abaixo; e.
- (m) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões:

*2ª Emissão de Debêntures da INTERCEMENT BRASIL S.A., que possui as seguintes características:

Emissora:	INTERCEMENT BRASIL S.A.
Valor da emissão:	R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais)
Quantidade de debêntures emitidas:	150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures
Espécie:	As debêntures são da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória e real;
Prazo de vencimento:	As Debêntures vencerão em 19 de abril de 2022.
Garantias:	Fiança prestada por Intercement Austria Equity Participation GmbH e, Penhor de 453.023.464 ações representativas de 39.16% do capital social da Camargo Correa Cimentos



Handwritten signature and initials.

Handwritten signature and the number 27.

Handwritten signature.



Handwritten signature.

	Luxembourg S.á rl.
Eventos de resgate:	A emissora, poderá observados os termos e condições estabelecidas na escritura de emissão, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total ou parcial: a partir de 49º (quadragésimo nono) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão, das Debêntures da Primeira Série em circulação e (ii) na qualquer momento, das debêntures da Segunda Série em circulação, nos termos da cláusula VI, item 6.1 e seguintes, da Escritura de Emissão.
Amortização:	O valor unitário das Debêntures será pago em 6 (seis) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga no dia 19 de abril de 2017 e a última parcela paga na data de vencimento
Conversão:	As Debêntures não são conversíveis.
Repactuação:	As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações.

*1ª Emissão de Debêntures da CAMARGO CORRÊA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A., que possui as seguintes características:

Emissora:	CAMARGO CORRÊA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.
Valor da emissão:	R\$ 470.000.000,00 (quatrocentos e setenta milhões de reais)
Quantidade de debêntures emitidas:	47.000 (quarenta e sete mil) Debêntures
Espécie:	As debêntures são da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória;
Prazo de vencimento:	As Debêntures vencerão em 29 de novembro de 2018.
Garantias:	Fiança prestada pela Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.
Eventos de resgate:	A emissora, poderá observados os termos e condições estabelecidas na escritura de emissão, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

28

[Handwritten signature]

[Circular stamp of the Diretoria Jurídica of CCSA]

	total a partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão.
Amortização:	O valor unitário das Debêntures será pago em 4 (quatro) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga no dia 29 de novembro de 2015 e a última parcela paga na data de vencimento.
Conversão:	As Debêntures não são conversíveis.
Repactuação:	As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações.

8.3 Substituição

8.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, a Assembleia Geral de Debenturistas será realizada dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 8.3.7 abaixo.

8.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.3 A nomeação do novo Agente Fiduciário será aprovada mediante deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.

8.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto,



Handwritten signature and initials.

Handwritten signature and the number 29.

Handwritten signature.



Handwritten signature.

em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita (a) ao quorum previsto no item 8.3.3 acima; e (b) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.3.5 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

8.3.6 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.7 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, promulgados pela CVM.

8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas



nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (i) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (j) verificar a regularidade da constituição da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, devendo comunicar os Debenturistas, à Emissora e as Garantidoras caso constatada sua deterioração ou depreciação;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e das Garantidoras;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora e/ou nas Garantidoras, sendo que tal solicitação deverá ser devidamente justificada, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos jornais de publicação da Emissora, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;



- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - (l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (l.5) amortização, aquisição facultativa e pagamento da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (l.9) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
 - (l.10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora e/ou pela Garantidora, ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora e/ou da Garantidora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como



Handwritten signature or initials.

Handwritten signature.

32

Handwritten signature.



Handwritten signature or initials.

os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

- (m) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea "l" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (m.1) na sede da Emissora;
 - (m.2) no seu escritório;
 - (m.3) na CVM;
 - (m.4) na CETIP; e
 - (m.5) na sede dos Coordenadores;
- (n) divulgar as informações referidas na alínea "l.10" acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, após a subscrição, integralização ou aquisição das Debêntures, a Emissora e os Debenturistas expressamente autorizam o Escriturador Mandatário e a CETIP a divulgarem ao Agente Fiduciário, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;



Handwritten signature and initials.

Handwritten signature.

Handwritten signature and circular stamp of the Diretoria de Arquivos e Documentação (DAD) of the Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Handwritten signature.

- (r) notificar os Debenturistas, por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora e/ou Garantidoras, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (s) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (t) no caso de alteração do estatuto social da Emissora e/ou das Garantidoras que objetive mudar o objeto social da Emissora e/ou das Garantidoras, de modo a alterar substancialmente as atividades praticadas pela Emissora e/ou Garantidoras e que venha comprovadamente a afetar a sua capacidade financeira, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da alteração proposta;
- (u) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão;
- (v) divulgar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através da sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- (x) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e/ou das Garantidoras, bem como das demais comarcas em que a Emissora e/ou das Garantidoras exerçam suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (y) acompanhar a manutenção do índice previsto na alínea (s) do item 6.1. acima, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora ou às Garantidoras todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e informar imediatamente os titulares de Debêntures de qualquer descumprimento do referido índice financeiro; e



Handwritten signature

Handwritten signature



- (z) acompanhar a publicação das demonstrações financeiras da Tavex Brasil, na forma prevista na alínea (u) do item 6.1 acima, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora ou às Garantidoras todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e informar imediatamente os titulares de Debêntures de qualquer descumprimento da referida obrigação.

8.4.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.4.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir nos termos desta Escritura de Emissão ou em cumprimento de deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das deliberações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação, regulamentação aplicáveis e das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão ou decorrentes de deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora e/ou da Garantidora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula 6.1. acima;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza

35


quando aplicável;

- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" acima.

8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável em vigor e desta Escritura de Emissão, uma remuneração equivalente a parcelas anuais de R\$6.000,00 (seis mil reais) cada uma, sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento das Debêntures ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

8.6.2. A remuneração prevista na Cláusula 8.6.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

8.6.3. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

8.6.4. As parcelas referentes à remuneração prevista na Cláusula 8.6.1 acima serão



[Handwritten signature]

[Handwritten signature] 36



[Handwritten signature]

atualizadas, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a serem corrigidos anualmente desde a data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário.

8.6.5. A remuneração prevista no item 8.6.1 acima será acrescida dos seguintes Impostos: (a) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (d) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); e (e) quaisquer outros impostos, exceto o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

8.6.6. A remuneração prevista na Cláusula 8.6.1 acima cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas.

8.6.7. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de reestruturação das condições das Debêntures após a Data de Integralização, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à: (a) a assessoria aos Debenturistas; (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas; (c) a implementação das deliberações tomadas nas reuniões referidas no item "b" acima; e (d) a execução da Fiança e/ou das Debêntures, caso aplicável. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado.

8.6.8. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

8.7. Despesas

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, honorários de auditores independentes e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, devendo

37



ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

8.7.2. O ressarcimento será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

8.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora e das Garantidoras, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.4. As despesas a que se refere este item 8.7. compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) locomoções entre Estados da Federação, alimentação, transporte, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciárias de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem



[Handwritten signature]

[Handwritten signature] 38
[Handwritten signature]
DIRETORIA
JURIDICA

[Handwritten signature]

prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; e

(e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA NONA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.1. Convocação

9.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.3. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada em prazo mínimo de 8 (oito) Dias Úteis, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

9.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação,



Handwritten signature.

Handwritten signature and a circular stamp that reads "DIRETORIA CCSA JURIDICA".

independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas em que comparecerem todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de sua efetiva convocação.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura de Emissão, alterações nos termos e condições desta Escritura deverão ser aprovadas seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação.

9.4.2. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tenham por objeto alterar a (i) Remuneração; (ii) a Data de Vencimento; (iii) quoruns de deliberação de Assembleia Geral de Debenturistas previstos neste item 9.4; e (iv) hipóteses de vencimento antecipado, conforme previstas no item 6.1 acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que



Handwritten initials 'S' and 'P'.

Handwritten signature and a circular stamp that reads 'DIRETORIA CCSA JURÍDICA'.

Handwritten mark or signature in the bottom left corner.

representem no mínimo 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação. O quorum previsto para alterar as hipóteses de vencimento antecipado não guarda qualquer relação com o quorum para declaração de vencimento antecipado estabelecido no item 6.4.1 acima.

9.4.3. Não estão incluídos no quorum a que se refere o item 9.4.1. acima os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão.

9.4.4. Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao qual está sendo alterado.

9.4.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e/ou das Garantidoras na Assembleia Geral de Debenturistas.

9.4.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.4.7. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

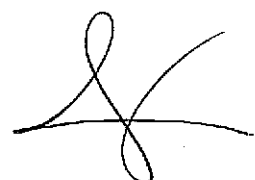
CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

10.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida;
- (c) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculante, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e as Debêntures não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte nem resultará em (i)



41



vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora;

- (e) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovação societária à emissão das Debêntures, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas;
- (g) as operações e propriedades da Emissora cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor; não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa razoavelmente ter um Efeito Material Adverso (conforme abaixo definido);
- (h) a Emissora declara que pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (i) cujo não pagamento não acarretaria um Efeito Material Adverso ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (i) a Emissora cumpre em todos os aspectos relevantes todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (j) a Emissora cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, (i) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé e (ii) exceto na medida em



Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature and the number 42.



Handwritten signature.

que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;

- (k) a Emissora, nesta data, (i) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades; (ii) observa e cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Material Adverso; e (iii) cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, com a legislação brasileira em vigor; sendo que o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da Emissão não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;
- (l) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra a Emissora, que, de acordo com o melhor conhecimento da Emissora razoavelmente poderiam, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Material Adverso;
- (m) a Emissora mantém cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que está engajada. A Emissora não tem qualquer razão para acreditar que não conseguirá renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria razoavelmente em Efeito Material Adverso;
- (n) a Emissora mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração da Emissora; e (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter a contabilidade dos ativos da Emissora;



4

4



- (o) a Emissora possui e detém o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-la a continuar conduzindo, em todos os aspectos relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto onde a falta deste título não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (p) na Data de Liquidação e, imediatamente após, a Emissora, após a colocação das Debêntures, será solvente, nos termos da legislação brasileira;
- (q) a Emissora não omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seus conhecimentos e que possa razoavelmente resultar em Efeito Material Adverso;
- (r) o laudo de avaliação elaborado por peritos especializados com base no balanço patrimonial da Tavex Brasil datado de 28 de fevereiro de 2014, para fins de avaliação do patrimônio líquido e do acervo líquido a ser cindido pela Tavex Brasil e incorporado pela Emissora ("Laudo de Avaliação"), é verdadeiro, completo e correto em todos os aspectos relevantes na data em que foi preparado; reflete, de forma clara e precisa, a posição financeira e no período;
- (s) o Laudo de Avaliação foi elaborado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente no período envolvido, e desde a data do Laudo de Avaliação, não houve, no melhor entendimento da Emissora, nenhum fato que pudesse razoavelmente causar um Efeito Material Adverso à Emissora;
- (t) a Emissora ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação aqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público; e
- (u) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam desta Escritura de Emissão são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais.



51

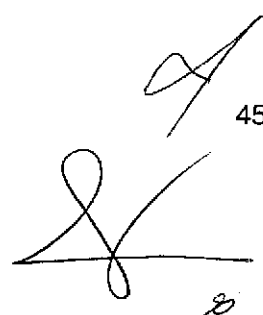
22

44



10.2. Cada uma das Garantidoras, individual e não solidariamente, neste ato declara e garante que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida;
- (c) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculante, exeqüível de acordo com os seus termos e condições, e não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para prestação da Fiança;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e as Debêntures não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens;
- (e) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, e a cumprir com suas obrigações, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovação societária à emissão das Debêntures, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) as suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 2013 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos relevantes na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a sua posição financeira e patrimonial, seus resultados, operações e fluxos de caixa no período e foram auditadas;
- (g) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;



45



- (h) todas as declarações e garantias a ela relacionadas que constam desta Escritura de Emissão são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;
- (i) que seja do conhecimento da Garantidora, não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, bem como não há qualquer ligação entre a Garantidora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (j) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

10.3. Para fins desta Escritura de Emissão, "Efeito Material Adverso" significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora e/ou Garantidoras, conforme o caso, que modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora e/ou das Garantidoras, conforme o caso, de modo a afetar a capacidade da Emissora e/ou das Garantidoras de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, da Emissão ou da Oferta Restrita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS NOTIFICAÇÕES

11.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

TAVEX INDÚSTRIA TÊXTIL S.A.

Avenida Maria Coelho Aguiar, n.º 215, Bloco A, 2º andar, sala 1, Santo Amaro

São Paulo, SP

CEP 05804-900



Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature and the number 46.

Handwritten signature.



Handwritten signature.

At.: Paulo Cesar Alves
Telefone: (11) 3748-0983
Fax: (11) 3478-0785
E-mail: paulo.alves@tavex.com.br

Para a CCSA:

CAMARGO CORRÊA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.600, 12º andar, Itaim Bibi
São Paulo, SP
CEP 04538-132
At.: Sr. Roberto Navarro Evangelista
Telefone: (11) 2383-9222
Fax: (11) 2383-9201
E-mail: evangelista@camargocorrea.com.br

Para a TAVEX BRASIL:

TAVEX BRASIL S.A.

Avenida Maria Coelho Aguiar, n.º 215, Bloco A, 2º andar, Santo Amaro
São Paulo, SP
CEP 05804-900
At.: Paulo Cesar Alves
Telefone: (11) 3748-0983
Fax: (11) 3478-0785
E-mail: paulo.alves@tavex.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º Andar, Itaim Bibi
São Paulo, SP
CEP 04538-132
At.: Sra Viviane Rodrigues
Telefone: (11) 2172-2628
Fax: (11) 3078-3064
E-mail: vrodriques@planner.com.br, tlima@planner.com.br, aqueiroga@planner.com.br e
fiduciario@planner.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.



S

af

47



Cidade de Deus, s/n, Vila Yara
São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Poli
Telefone: (11) 3684-7654
Fax: (11) 3684-2714
E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
São Paulo – SP
CEP: 01452-001
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, de forma que nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora e/ou das Garantidoras prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou Garantidoras nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.



12.3. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

12.4. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.5. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.6. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita e registro da Fiança, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12.7. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e as Garantidoras, na qualidade de interveniente anuente, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 26 de maio de 2014

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]



49



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Tavex Indústria Têxtil S.A.

TAVEX INDÚSTRIA TÊXTIL S.A.

Nome:

Cargo:

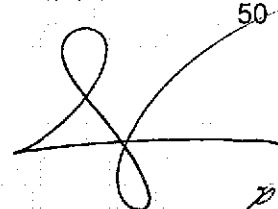


Gilberto Stocche
Diretor Geral Denim

Nome:

Cargo:

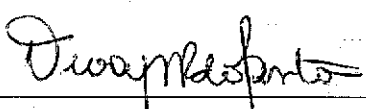

Fábio Cotait
Diretor de Negócios

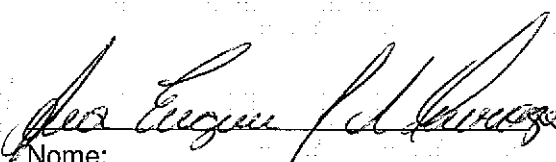



50


Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Tavex Indústria Têxtil S.A.

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

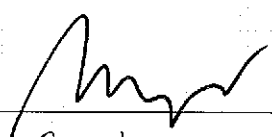

Nome: _____
Cargo: _____
Viviane Rodrigues
Diretora

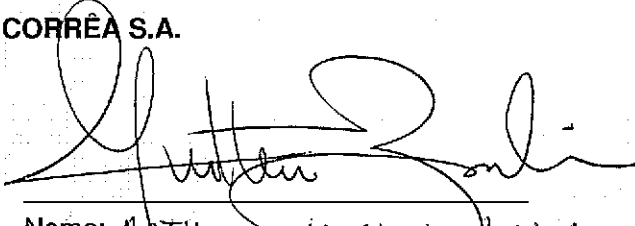

Nome: _____
Cargo: _____
Ana Eugênia J. S. Quelroga
Procuradora



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Tavex Indústria Têxtil S.A.

CAMARGO CORRÊA S.A.


Nome: MARLIO GARZA DE SOUZA
Cargo: DIRETOR SUPLENTE


Nome: ARTHUR SANCHEZ RADIN
Cargo: DIRETOR JURÍDICO



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Tavex Indústria Têxtil S.A.

TAVEX BRASIL S.A.

Nome:

Cargo:


Gilberto Stocche
Diretor Geral Denim

Nome:

Cargo:


Fábio Cotait
Diretor de Negócios

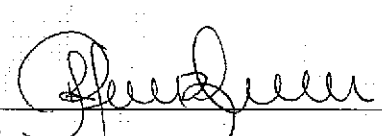
Testemunhas

1.

Nome:

CPF:

RG:

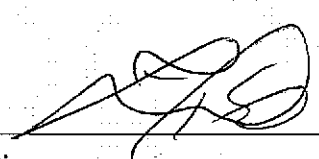

Renato Ferraz S. Barbosa
CPF: 251.489.818-75

2.

Nome:

CPF:

RG:


Zelia P. Souza
RG: 28.641.925-7

